

Covas faz acordo com 'Centrão' mas computador atrapalha voto

BRASÍLIA — Cessivas falhas no placar eletrônico atrasaram ontem o início das votações da Constituinte, que passou a deliberar sobre o Capítulo I do Título II, referente aos Direitos Individuais e Coletivos. Por 377 votos contra 56 e duas abstenções, foi aprovada a emenda do Centrão que substituiu o texto da Sistematização, mas logo a seguir, esse mesmo texto aprovado começou a ser modificado, atendendo aos acordos que haviam sido feitos anteriormente com o líder do PMDB, senador Mário Covas. O primeiro item desse Capítulo, o caput do artigo 6º, é a prova concreta da negociação que uniu as duas propostas, a do Centrão e a da Sistematização, contra o voto da esquerda.

Somente às 18 horas a votação teve início. Foram muitas as panes no computador, com várias bancadas de constituintes não respondendo aos comandos dos parlamentares, o que fazia com que o deputado Gerson Peres gritasse a todo instante "põe no Mobra!", referindo-se aos constituintes como se não soubesse votar.

Pelo acordo, cumprido à risca pelo Centrão e o grupo de esquerda liderado pelo senador Mário Covas, o texto básico aprovado para os Direitos Individuais e Coletivos é o proposto pelo Centrão, com 291 assinaturas. Depois dessa votação,

passaram a ser votadas as modificações, algumas incluídas no acordo, modificando essencialmente a proposta do Centrão.

A primeira votação para modificar o texto do Centrão provocou reação de surpresa no plenário. A proposta foi

apresentada pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) com apoio da liderança do PMDB e repetia o texto original da Comissão de Sistematização. No entanto, o próprio líder-Mário Covas disse que votaria contra, para posteriormente poder "honrar com o acordo firmado com outros grupos", referindo-se ao Centrão. O acordo nada mais era do que a fusão dos dois textos. Covas explicou ainda que não retirava a proposta para cumprir ainda um segundo acordo, o de dar oportunidade a outros partidos para votarem favoravelmente à alternativa. A troca do texto do Centrão pelo da Sistematização foi rejeitada, porque apenas 115 votaram a favor enquanto 319 votaram contra.

Os pequenos partidos, como PT, PC do B e PSB, não participaram em nenhum momento do acordo feito entre a liderança do PMDB e o Centrão e passaram a votar contra.

Na hora prevista para que a sessão fosse concluída, às 19 horas, o deputado Ulysses Guimarães anunciou sua prorrogação até às 21h30min. Querida que o primeiro item do Capítulo I fosse definido e todas as emendas e destaques que modificassem, acrescentassem ou retirassem expressões estivessem concluídos ainda ontem.

Gargalhada abre caminho de acordo

Quando entrou na pauta da Constituinte a questão do habeas-data, o deputado Roberto Freire (PCB-PE) fez uma apaixonada defesa do direito de o cidadão ter acesso aos dados arquivados pelo estado sobre ele. O pedesista Bonifácio de Andrada contraditou-o, argumentando que muitas vezes o estado, para se defender, precisa manter o sigilo sobre essas informações. Um comentário do líder do PTB, Gastone Righi, que também é do Centrão, arrancou gargalhadas e abriu caminho para o entendimento: "Há alguma coisa errada aqui. Um comunista defende direitos do indivíduo e um liberal prega mais poderes para o estado. Fico com o Roberto. A emenda do Centrão está ruim".



O pé da escada que dá acesso à tribuna do lado direito do plenário da Câmara dos Deputados foi o melhor local que o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) encontrou para comunicar ao colega de Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), as últimas fases do acordo para a votação do projeto de Constituição. Para ficar na mesma altura de Robertão, que está em cadeira de roda, Andradinha sentou-se no primeiro degrau da escada. Durante cerca de cinco minutos os dois discutiram detalhes do acordo feito com a liderança do PMDB e com os partidos de esquerda.

Cartaz mostra "inimigos do povo"

Estampados em dez mil cartazes afixados nos locais de maior movimento da cidade, as fotos e os nomes de 26 deputados federais do Rio — tratados num título de destaque como inimigos do povo — chamaram a atenção de muita gente que espreitava a pressa da rua para, em grupos, reclamar dos integrantes do Centrão. Na opinião do estocador Eustólio Marques, 66 anos, "eles deviam ser jogados no porão do esquecimento, junto com os ratos, pois ratos eles também são".

A iniciativa de colar os cartazes foi do Sindicato dos Bancários, ligado à CUT. De Amaral Netto (PDS) a Sotero da Cunha (PDC) — os nomes estão em ordem alfabética — os 26 são denunciados no texto-legenda colocado acima das fotos como "inimigos dos trabalhadores e traidores dos interesses do povo". O texto diz ainda: "Eles são contra a eleição direta, este ano, do presidente da República. Preferem se vender aos 30 dinheiros do Sarney. São contra a estabilidade no emprego para os trabalhadores e a reforma agrária, e a favor do capital estrangeiro e do pagamento da dívida externa. Querem o fim do ensino público, são contra a licença à gestante por 120 dias e a jornada semanal de 40 horas. Guardem bem as fisionomias e os nomes deles. Vamos cassá-los nas próximas eleições".

Apesar de os cartazes não apontarem os constituintes como integrantes do Centrão, muitas pessoas que paravam para olhar as fotos — nem liam o texto — lembravam do grupo.

"Estes deputados são a excessância da Constituinte", resumiu o funcionário público Adilson Teles, 47 anos. Ele acha que os parlamentares que receberam emissoras de rádio e canais de TV, em troca de votos a favor do mandato de cinco anos deviam dividir seus ganhos com o povo.

Na Cinelândia os cartazes, pregados num painel de madeira, atraíram muitos populares. Alguns citavam outros nomes para serem incluídos na lista, como os dos traficantes Escadinha, Gordo e Meio-Quilo.

Mas esses bandidos não conseguiam revoltar os populares, como os 26 consti-



Na Cinelândia, o cartaz era examinado com toda calma

tuintes. O funcionário público Walter Gonçalves, 48 anos, se levantou para defender os traficantes:

Escadinha, Gordo e Meio-Quilo são bandidos, mas pelo menos sustentavam os favelados. Estes aí (apontando as fotos) não querem nem saber do povo, só de seus interesses pessoais.

Walter não só apoiou a iniciativa do Sindicato dos Bancários, como propôs que os cartazes sejam espalhados por todo o Estado, "para que a população do interior possa conhecer os ladrões que invadiram a Constituinte".

O presidente do PSP (partido Social Progressista) José Alcides Marronzinho

de Oliveira, também foi atacado. "Já que eles colocaram aquele débil mental do Marronzinho falando uma hora na TV, podiam deixar estes aí falarem suas besteiras também", brincou o torneiro mecânico, José Alves da Silva, 36 anos.

Atento às fotos dos constituintes, o presidente da juventude do PTB do Rio, Jefferson Tardin, 34 anos, lamentou a conduta dos três deputados federais de seu partido citados na lista (Fábio Rauhetti, Roberto Jefferson e Roberto Augusto). Depois, informou que 400 petebistas jovens vão se reunir no sábado para discutir a expulsão dos 18 parlamentares do partido que integram o Centrão.

PMDB de Minas não tem meios para evitar que Anibal alicie eleitor

BELO HORIZONTE — Caso um integrante qualquer de um dos diretórios zonais do PMDB resolva denunciar o ex-ministro do Planejamento, Anibal Teixeira, por usar métodos de aliciamento para filiar eleitores — ele tenta viabilizar sua candidatura a prefeito da capital —, o processo terá de ser julgado, excepcionalmente, pela Executiva Regional do partido. É que, em Minas, o PMDB se esqueceu de criar e colocar em funcionamento uma comissão de ética.

A solução do problema através da Executiva Regional foi sugerida pelo advogado do próprio PMDB, Antônio Dutra. O presidente do partido em Minas, deputado federal Joaquim de Mello Freire, que renunciou à candidatura ao Palácio da Liberdade 24 horas depois de escolhido pelo ex-governador Hélio Garcia, não quis comentar, ontem, as filiações em massa, por processos nem sempre legais, que estão sendo feitas por candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte.

Sem meios — Mello Freire disse que a Executiva Regional que dirige não tem meios para policiar o processo de filiações em massa. O TRE, por sua vez, não tem como interferir: limita-se a receber as fichas dos novos filiados, encaminhadas pelos diretórios pemedebistas. O advogado do partido, Antônio Dutra, é um dos críticos da troca de filiações por promessas de benefícios, prática adotada, por exemplo, pelo Comitê de Anibal Teixeira:

— Isso que está sendo noticiado nunca ocorreu antes aqui. Quando me filiei ao PMDB, em 1966, era arriscado e dava cadeia ser pemedebista.

O posto de aliciamento de eleitores de Anibal Teixeira, no bairro Ipanema, Zona Oeste de Belo Horizonte, não filiou ninguém, ontem, porque a sua coordenadora, Tânia Broilo, decidiu contratar um advogado para receber o que o ex-ministro do Planejamento lhe deve. Tânia, que filiou 2 mil 404 eleitores em apenas um mês de trabalho, confirmou, em conversa com o JORNAL DO BRASIL, no último domingo, que havia sido contratada para cadastrar eleitores pobres em troca de cestas básicas, leite, cobertores, lotes de terreno e material de construção.

Com uma camiseta na qual se destacava a inscrição help (socorro), dona Elza Nascimento, 35, que mora no bairro São Benedito, em Santa Luzia, a 27 km de Belo Horizonte, foi atraída, apesar da distância, pelas promessas do comitê de Anibal. Chegou cheia de pedidos:

— Eu quero tudo. Leite, cesta básica, lote e material de construção. Se receber, eu voto nele.

O advogado Dimas Perrin, superintendente de Ação Social da Secretaria de Trabalho de Minas, não apareceu ontem, às 14h, para esclarecer, em entrevista coletiva prometida no último domingo, o caso das filiações de eleitores ao PMDB à base de promessa de casa própria, leite, cestas básicas e outros municípios. É no escritório de Perrin que funciona, provisoriamente, o Comitê Eleitoral de Anibal Teixeira, candidato à Prefeitura de Belo Horizonte. O chefe do escritório de campanha de Anibal, Rosendo Magela Reis, que foi secretário de Trabalho do Governo Newton Cardoso, negou o envolvimento direto da assessoria do ex-ministro na irregularidade. "Ísto é um absurdo", disse.

Entendimento agrada a esquerda

— Papagaio come o milho, periquito leva a fama. Estamos votando o projeto do Centrão, mas tão emendado e com tantas modificações que o texto está ficando muito parecido com o projeto da Sistematização — comentou satisfeito, ontem, um deputado progressista do PMDB, minutos antes do início da aprovação em plenário do Capítulo I do Título II (Direitos Individuais e Coletivos) da nova Carta, ao tomar conhecimento dos acordos feitos entre as diversas correntes. Para ele, o Centrão tem a paternidade do texto, mas quem venceu com o acordo foram as correntes progressistas.

O líder do PCB, Roberto Freire (PE), também não escondia sua satisfação com o resultado dos entendimentos, que definiram a aprovação de cerca de 60 parágrafos que enunciam os direitos do cidadão brasileiro. Números na mão, o deputado comunista mostrava os motivos de seu contentamento.

Segundo ele, o projeto do Centrão manteve 60% dos dispositivos do texto da Sistematização. Em alguns poucos itens promoveu mudanças positivas — por exemplo, assegurou o direito ao sigilo da fonte jornalística. No capítulo II, então, ficaram 26 pontos para negociações. Desse, o Centrão recuou inicialmente em 20, reconhecendo em muitos deles que suas propostas eram frágeis e não se sustentavam.

Negociações — O projeto do Centrão previa, por exemplo, que uma pessoa poderia ser presa por ordem de autoridade competente. Nas discussões, os próprios integrantes do grupo convenceram-se que essa redação poderia funda-

mentar arbitrariedades, reconhecendo que o texto da Sistematização — prisão só em caso de flagrante delito ou com mandato judicial — era melhor e correspondia à tradição jurídica brasileira.

Depois das primeiras rodadas de negociações, apenas seis pontos ficaram pendentes: o caput do artigo 6º, o ha-

beas-data, o mandato de segurança coletivo, a propriedade, o exercício profissional e a identificação dos crimes de tortura com os de terrorismo e tráfico de tóxicos. Na noite de anteontem, as divergências quanto ao habeas-data começaram a ser ultrapassadas, com o Centrão admitindo votar a favor desse direito.

Na manhã de ontem foram encontradas fórmulas para resolver as divergências no caput do artigo, no mandato de segurança coletivo e no direito à propriedade. Nos dois últimos, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) desencavou duas emendas antigas do deputado Ricardo Fiuza, um dos líderes do Centrão, que facilitaram o acordo. Na questão do direito à propriedade, onde o Centrão exigia que toda desapropriação fosse feita em dinheiro, a emenda de Fiuza ressalva os casos previstos na Constituição — reforma agrária e reforma urbana. Sobre o mandato de segurança coletivo, a proposta do parlamentar pernambucano é a de que ele apenas possa ser impetrado por entidades que representam interesses afetados pela matéria. A partir daí, os entendimentos avançaram.

Como demonstraram as votações da semana passada, há grande equilíbrio no plenário. "Ninguém tem maioria para impor seu projeto a ninguém", sintetizou o vice-líder do PMDB, Antônio Brito (RS).

A liderança do PMDB, aliada à esquerda, armou-se tanto para o debate como para o entendimento. Tem destaques para todos os pontos considerados polêmicos no projeto do Centrão. Fará acordo no possível, mas quando for necessário decidir no voto, partirá para o confronto.

Computador com medo funciona

Incansável defensora da reserva de mercado para computadores nacionais, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) não perdeu a oportunidade que surgiu com as panes no placar eletrônico da Constituinte. Ao final da segunda tentativa de votação pelo processo eletrônico sem sucesso, Cristina foi ao microfone e solicitou ao deputado Ulysses Guimarães:

— V. Excia. poderia informar ao plenário qual a origem do computador instalado aqui?

Ulysses não respondeu e Cristina concluiu:

— Quero informar aos nobres colegas que a indústria nacional de computadores não tem culpa do que está ocorrendo, porque este computador é da Alemanha.

Foi aplaudida, ao mesmo tempo em que Ulysses, em tom de brincadeira, pedia para a deputada ocupar seu lugar e votar:

— O painel, atemorizado, já está funcionando, deputada.